

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA
COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ECOGEN BRASIL
SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.



JUCESP PROTOCOLO
2.051.551/10-8

entre



ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.,
como Emissora,

e

PENTÁGONO S.A. DTVM,
*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente
emissão*

Datada de

16 de novembro de 2010

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A., companhia fechada com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 9º andar, Conjuntos 91 e 92, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 05.401.842/0001-79 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35300384954, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

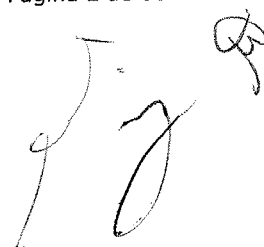
PENTÁGONO S.A. DTVM, sociedade com sede na Av. das Américas, nº 4.200, bl. 04, sala 514, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de novembro de 2010 ("AGE").

2. DOS REQUISITOS



2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário de Notícias", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v) abaixo, vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 20 (vinte) dias contados a partir da respectiva data do registro na JUCESP.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários

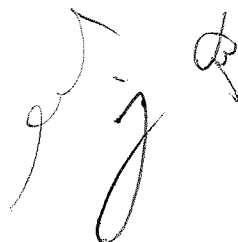
2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM nº 476/09"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Registro na ANBIMA

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código Anbid de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora



3.1.1 A Emissora tem por objeto:

- i) adquirir bens móveis necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, co-geração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização, de fornecedores locais ou de estrangeiros;
- ii) revender bens móveis necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, co-geração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização, de fornecedores locais ou de estrangeiros;
- iii) instalar, operar e manter, diretamente ou através da contratação de terceiros, motores, compressores, câmaras de combustão, trocadores de calor, resfriadores de líquidos dos tipos por absorção e por compressão, bem como todos os outros equipamentos, acessórios, peças e ferramentas para o desenvolvimento de centrais de geração de energia elétrica, co-geração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
- iv) produzir e comercializar energia elétrica como produtora independente de energia (PIE), vapor, água quente e gelada e outros produtos derivados de centrais de geração de energia elétrica, co-geração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
- v) alugar bens imóveis ou imóveis necessários à implementação de centrais de geração de energia elétrica, co-geração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
- vi) prestar serviços técnicos relacionados à exploração de centrais de geração de energia elétrica, co-geração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização;
- vii) realizar serviços públicos relacionados à energia elétrica, delegados pela Administração Pública;
- viii) estudar, desenvolver, projetar, realizar e explorar planos de pesquisa e



desenvolvimento e programas relativos a qualquer tipo ou forma de energia, diretamente ou em parceria com entidades públicas ou privadas;

- ix) participar de e operar em mercados de energia elétrica, utilidades (água quente e gelada, vapor, ar comprimido, etc.), ar condicionado e refrigeração, organizados ou não;
- x) desenvolver atividades associadas ou que apresentem sinergia com aquelas descritas acima, incluindo atividades relativas ao estabelecimento e exploração de sistemas de comunicação e monitoramento remoto;
- xi) participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios e *joint ventures*;
- xii) atuar como controladora de outras sociedades, empresas e negócios;
- xiii) realizar outras atividades ou negócios que sejam, na opinião dos administradores, auxiliares/complementares em relação a qualquer outra atividade da Sociedade Emissora; e
- xiv) investir em fundos próprios e manter e/ou administrar tais investimentos.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

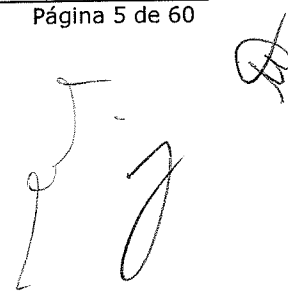
3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Séries").

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures



3.5.1 Serão emitidas 50 (cinquenta) debêntures ("Debêntures"), das quais 30 (trinta) serão da 1ª Série e 20 (vinte) da 2ª Série.

3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1 O banco mandatário e a instituição depositária serão, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para (i) alongamento do passivo da Emissora; e (ii) investimentos da Emissora.

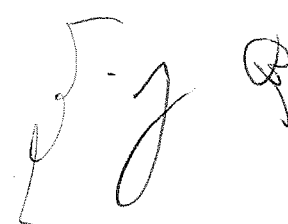
3.8 Limite da Emissão

3.8.1 A Emissão atende ao limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei nº 6.404/76, uma vez que seu capital social, na Data de Emissão, é de R\$117.912.242,00 (cento e dezessete milhões, novecentos e doze mil, duzentos e quarenta e dois reais) e o valor total da Emissão é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

3.9 Registro na CETIP

3.9.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.9.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no



artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.3 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409/04”), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição para as Debêntures da 1ª Série, e regime de melhores esforços para as Debêntures da 2ª Série, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 (“Coordenador Líder”), e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em 2 (duas) Séries, da 1ª Emissão Pública da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.”, celebrado entre Banco Itaú BBA S.A. e a Emissora (“Contrato de Colocação”).

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo (“Valor Nominal Unitário”).

4.2 Data de Emissão

4.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de novembro de 2010 ("Data de Emissão").

4.3 Forma e Emissão de Certificados

4.3.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.5 Conversibilidade

4.5.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.6 Espécie

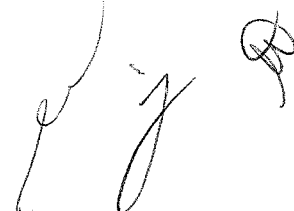
4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia real adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

4.7 Subscrição

4.7.1 Prazo de Subscrição

4.7.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação.

4.7.2 Preço de Subscrição



4.7.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, conforme definido abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.8 Integralização e Forma de Pagamento

4.8.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.9 Direito de Preferência

4.9.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.10 Atualização do Valor Nominal Unitário

4.10.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.11 Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12 Condições de Pagamento

4.12.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

4.12.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar à Instituição Depositária, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade da Instituição Depositária a avaliação e validação da

imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.13 Prorrogação dos Prazos

4.13.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.14 Encargos Moratórios

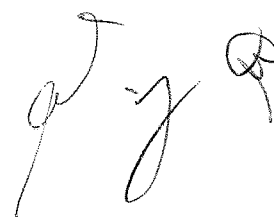
4.14.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures de cada Série, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

4.15 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16 Publicidade

4.16.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta



Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "Diário de Notícias" observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.17 Garantia

4.17.1 Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora na presente Escritura, a Emissora cederá fiduciariamente, por meio do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre as Partes ("Contrato de Garantia"), durante todo o prazo de vigência das Debêntures aos Debenturistas, representados neste ato pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil e do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965:

- i) todos os direitos creditórios, presentes ou futuros, de titularidade da Emissora, oriundos de contratos de fornecimento ou aluguel de bens e/ou prestação de serviços ("Contratos Cedidos"), listados em anexo ao Contrato de Garantia;
- ii) o crédito de titularidade da Emissora referente à conta de depósito nº 076.039-3, mantida na agência 0001, do Banco Itaú BBA S.A. (banco 184), bloqueada em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Conta Vinculada"), em que os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios (conforme abaixo definido) deverão ser depositados e/ou transferidos por qualquer meio;
- iii) os Direitos Creditórios compreendem também todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados e assegurados ao titular de tais direitos e quaisquer indenizações devidas, direta ou indiretamente, bem como todos os direitos de cobrança, quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas à Emissora, inclusive reajustes monetários ou contratuais, inclusive direitos creditórios oriundos da venda de créditos de carbono e venda de excedente de energia, bem como todos os direitos, ações e garantias asseguradas à Emissora por força dos Contratos Cedidos e de acordo com os termos e condições do Contrato de Garantia;



- iv) todos os valores ou bens recebidos pela Emissora como forma de pagamento dos Direitos Creditórios, devidamente onerados em favor dos Debenturistas, bem como quaisquer outros bens, inclusive aplicações financeiras, adquiridos com os recursos mantidos em depósito na Conta Vinculada (em conjunto com os bens e direitos descritos nos itens (i), (ii) e (iii) acima, os "Direitos Creditórios").

4.17.2 O fluxo mensal de recursos oriundos dos Direitos Creditórios que transitarem pela Conta Vinculada deverá cobrir a razão mínima de 1,3 (um vírgula três) vezes a parcela de amortização, acrescida da Remuneração, de cada Série devida no mês seguinte ("Razão Mínima"). Durante o Período de Carência da 1ª e da 2ª Série, a Razão Mínima será equivalente a 1,3 (um vírgula três) vezes a primeira parcela de amortização, acrescida da Remuneração, de cada Série devida após o término do Período de Carência da 1ª e da 2ª Série.

4.17.3 Os demais termos e condições aplicáveis à garantia real acima descrita constam do Contrato de Garantia, cujas disposições integram a presente Escritura como se aqui estivessem transcritas.

4.18 Características Básicas das Debêntures da 1ª Série

4.18.1 Quantidade de Debêntures da 1ª Série

4.18.1.1 Serão emitidas 30 (trinta) Debêntures da 1ª Série.

4.18.2 Prazo e Data de Vencimento

4.18.2.1 O vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de novembro de 2015, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série, conforme definido abaixo, devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.18.3 Remuneração das Debêntures da 1ª Série



4.18.3.1 As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra* grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série desde a Data de Emissão ou das datas de pagamento previstas no item 4.18.3.2 abaixo imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização da 1ª Série, conforme definido abaixo ("Remuneração da 1ª Série").

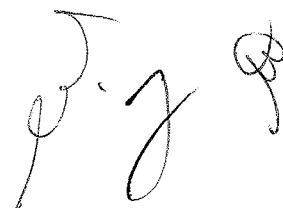
4.18.3.2 Define-se como "Período de Capitalização da 1ª Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 1ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização da 1ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.18.3.3 A Remuneração da 1ª Série será paga mensalmente, no dia 22 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da 1ª Série será devido em 22 de dezembro de 2010 e o último pagamento da Remuneração será devido em 22 de novembro de 2015, data de vencimento das Debêntures da 1ª Série.

4.18.3.4 A Remuneração da 1ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, no início de cada Período de Capitalização da 1ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros", Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

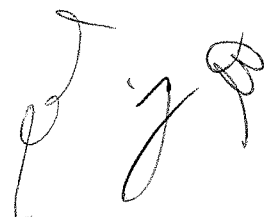
"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização da 1ª Série, sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

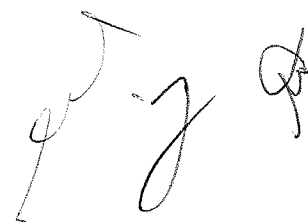
"spread" é igual a 3,55

"DP" é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 1ª Série, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.18.3.5 O cálculo da Remuneração da 1ª Série acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.18.3.6 Observado o quanto estabelecido no item 4.18.3.7 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação



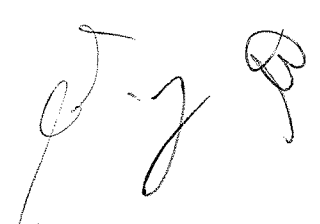
pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.18.3.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias úteis acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 4.18.3.4 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente.

4.18.3.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série.

4.18.3.9 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia realizada conforme o item 4.18.3.7 acima, entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures de tal série, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração da 1ª Série aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 4.18.3.4



acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente;
ou

- ii) definição de cronograma e valores de amortização das Debêntures em circulação a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da 1ª Série, findo o qual a totalidade das Debêntures em circulação serão resgatadas. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas.

4.18.4 Amortização Programada das Debêntures da 1ª Série

4.18.4.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série na Data de Emissão será amortizado mensalmente, a partir de 22 de dezembro de 2011 ("Período de Carência da 1ª Série"), observado que: (i) 16,67% (dezesseis inteiros e sessenta e sete por cento) do Valor Nominal Unitário será amortizado no 2º e 3º ano a contar da Data de Emissão, em parcelas mensais iguais; e (ii) 83,33% (oitenta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado no 4º e 5º ano a contar da Data de Emissão, em parcelas mensais iguais, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO
22 de dezembro de 2011	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de janeiro de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de fevereiro de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de março de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de abril de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário



	Unitário
22 de maio de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de junho de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de julho de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de agosto de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de setembro de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de outubro de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de novembro de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de dezembro de 2012	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de janeiro de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de fevereiro de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de março de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de abril de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário

	Unitário
22 de maio de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de junho de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de julho de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de agosto de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de setembro de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de outubro de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de novembro de 2013	0,6946% (seis mil, novecentos e quarenta e seis décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de dezembro de 2013	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de janeiro de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de fevereiro de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de março de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de abril de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do

	Valor Nominal Unitário
22 de maio de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de junho de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de julho de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de agosto de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de setembro de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de outubro de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de novembro de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de dezembro de 2014	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de janeiro de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de fevereiro de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de março de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de abril de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do

	Valor Nominal Unitário
22 de maio de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de junho de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de julho de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de agosto de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de setembro de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de outubro de 2015	3,4721% (três inteiros e quatro mil, setecentos e vinte e um décimos de milésimos por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de novembro de 2015	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário

4.19 Características Básicas das Debêntures da 2ª Série

4.19.1 Quantidade de Debêntures da 2ª Série

4.19.1.1 Serão emitidas 20 (vinte) Debêntures da 2ª Série.

4.19.2 Prazo e Data de Vencimento

4.19.2.1 O vencimento das Debêntures da 2ª Série ocorrerá ao término do prazo de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de março de 2014, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 2ª Série, conforme

definido abaixo, devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.19.3 Remuneração das Debêntures da 2ª Série

4.19.3.1 As Debêntures da 2ª Série farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 3,40% (três inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série desde a Data de Emissão ou das datas de pagamento previstas no item 4.19.3.2 abaixo imediatamente anteriores, a que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, conforme definido abaixo ("Remuneração da 2ª Série").

4.19.3.2 Define-se como "Período de Capitalização da 2ª Série" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização da 2ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.19.3.3 A Remuneração da 2ª Série será paga mensalmente, no dia 22 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração da 2ª Série será devido em 22 de dezembro de 2010 e o último pagamento da Remuneração será devido em 22 de março de 2014, data de vencimento das Debêntures da 2ª Série.

4.19.3.4 A Remuneração da 2ª Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures da 2ª Série devida no final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, no início de cada Período de Capitalização da 2ª Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros", Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = (FatorDI x FatorSpread), onde:

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização da 2ª Série, sendo "n" um número inteiro;

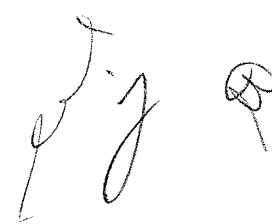
"TDI_k" corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;



$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“spread” é igual a 3,40

“DP” é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo “DP” um número inteiro;

4.19.3.5 O cálculo da Remuneração da 2ª Série acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.19.3.6 Observado o quanto estabelecido no item 4.19.3.7 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer

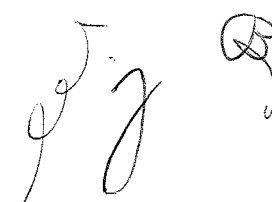
compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.19.3.7 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 4.19.3.4 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente.

4.19.3.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI , a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 2ª Série.

4.19.3.9 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia realizada conforme o item 4.19.3.7 acima, entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures de tal Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração da 2ª Série aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 4.19.3.4 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente;
- ou



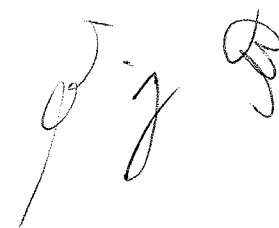
- ii) definição de cronograma e valores de amortização das Debêntures em circulação a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da 2ª Série, findo o qual a totalidade das Debêntures em circulação serão resgatadas. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a taxa substitutiva apresentada pelos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas.

4.19.4 Amortização Programada das Debêntures da 2ª Série

4.19.4.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série na Data de Emissão será amortizado mensalmente, a partir de 22 de abril de 2012 ("Período de Carência da 2ª Série"), em parcelas iguais, até a Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO
22 de abril de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de maio de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de junho de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de julho de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de agosto de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de setembro de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de outubro de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e

	setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de novembro de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de dezembro de 2012	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de janeiro de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de fevereiro de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de março de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de abril de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de maio de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de junho de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de julho de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de agosto de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de setembro de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de outubro de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e



	setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de novembro de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de dezembro de 2013	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de janeiro de 2014	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de fevereiro de 2014	4,1670% (quatro inteiros e mil, seiscentos e setenta décimos de milésimo por cento) do Valor Nominal Unitário
22 de março de 2014	Saldo remanescente do Valor Nominal Unitário

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em circulação, conforme definido abaixo, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

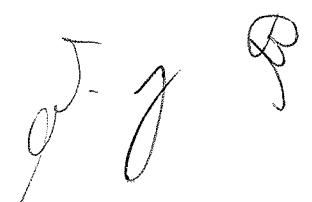
5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembléia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora,

incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures de cada Série, ou da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas de cada Série ou à totalidade dos Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de cada Série por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.16 acima desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate abrangerá a totalidade das Debêntures de uma das Séries ou se abrangerá a totalidade das Debêntures; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, ao final do qual a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate, total ou parcial, serão liquidadas em uma única data;
- iii) a Emissora, poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida



e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos da cláusula 4.18.3 e 4.19.3 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora;

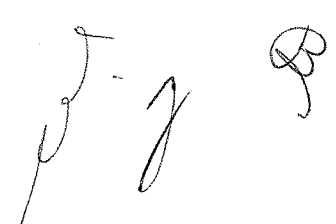
- v) as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora; e
- vi) a Emissora deverá emitir carta, em papel timbrado, para comunicação à CETIP da Oferta de Resgate Antecipado, a qual deverá conter o de acordo do Agente Fiduciário, com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para a liquidação da Oferta de Resgate Antecipado.

5.2.2 O resgate parcial citado no item 5.2.1 acima deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que independente do resgate ser total ou parcial todas as etapas do processo de validação, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 5.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da Remuneração de cada Série devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, nos termos das cláusulas 4.18.4 e 4.19.4 desta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito

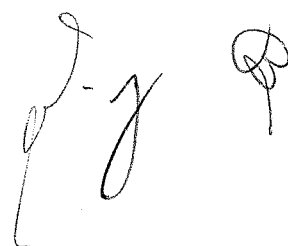


da Emissão;

- ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas de cada Série na respectiva data de vencimento;
- iii) descumprimento, pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, não sanadas em até 10 (dez) dias úteis;
- iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, de valor isolado ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelo atual acionista controlador, do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ou a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas ou quando não observado o disposto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável;
- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, em valor isolado ou agregado superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), que não seja sanado no prazo de 3 (três) dias úteis contados da ciência pela Emissora de tal protesto salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado ou tenha seus efeitos sustados por decisão judicial, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- vii) prolação de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora, para as quais não tenha oferecido bens em garantia ou feito provisão para pagamento;
- viii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência decretada, apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou,

ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;

- ix) propositura de execução judicial pelos órgãos governamentais, de multas ou exigências de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, para os quais não tenha impetrado recurso de forma tempestiva e/ou haja provisão e/ou oferecimento de bens em garantia, ressalvados os processos que já estejam em andamento na Data de Emissão;
- x) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora;
- xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações a serem assumidas nesta Escritura;
- xiv) não observância dos índices financeiros calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura ("Índices Financeiros");
- xv) caso a garantia real estabelecida no item 4.17 acima não venha a ser reforçada nos termos do Contrato de Garantia;
- xvi) caso a Razão Mínima venha a ser desrespeitada, nos termos do item 4.17 acima e do Contrato de Garantia, até a Data de Vencimento de cada Série;
- xvii) caso a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures venham a infringir quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, ou implique em:
(a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem



da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- xviii) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas;
- xix) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 Lei das Sociedades por Ações;
- xx) demais hipóteses previstas em lei

5.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (ii), (iv), (vii), (viii), (xi), (xiii), (xv), (xvi), (xvii); (xviii), (xix) e (xx) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.3.6. abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (iii), (v), (vi), (ix), (x), (xii), (xiv) do item 5.3.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.3.3. abaixo, na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 5.3.4. abaixo, será a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação na qual o quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

5.3.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia

Geral de Debenturistas para declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.4 Caso a Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.3. acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.5 Uma vez instalada a Assembléia Geral de Debenturistas prevista no item 5.3.3. anterior, será necessário o quorum especial de titulares que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.3.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos da Cláusula 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

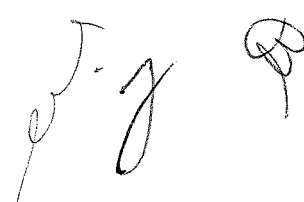
5.3.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada nos itens 5.3.2 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.3.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

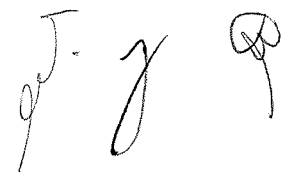
6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:



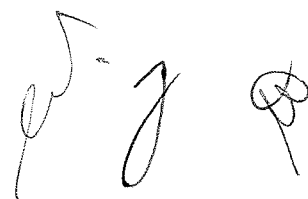
qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");

- f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 7 (sete) dias úteis após a sua ocorrência;
 - g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 7 (sete) dias úteis, contados da data do seu arquivamento;
 - h) sem prejuízo do disposto no item 7.3., alínea (v), desta Escritura, uma via original desta Escritura, devidamente arquivada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Paulo, Estado de São Paulo, e , em até 7 (sete) dias úteis após tal registro; e
 - i) cópia da AGE, devidamente arquivada na ,JUCESP, em até 7 (sete) dias úteis, contados da data do seu arquivamento.
- ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na ,JUCESP, em até 7 (sete) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
 - iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - v) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as




leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

- vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e da Instituição Depositária;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:



- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no subitem (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder; e
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- xvi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, e desde que razoáveis, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- xviii) rigoroso cumprimento pela Emissora ao disposto na legislação em vigor pertinente à



Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- xix) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- xx) manter os Índices Financeiros de acordo com o Anexo I desta Escritura; e
- xxi) comunicar imediatamente os Coordenadores qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos investidores, de adquirir as Debêntures.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xvii) do item 6.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora, desde que razoáveis; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas



informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 PENTÁGONO S.A. DTVM, acima qualificado, é nomeado como agente fiduciário desta Emissão e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar a substituição.

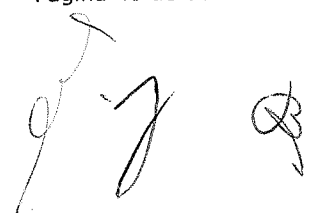
7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28/83").

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto



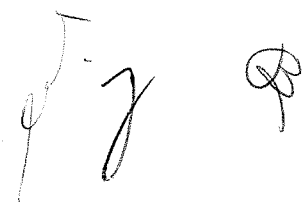
de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

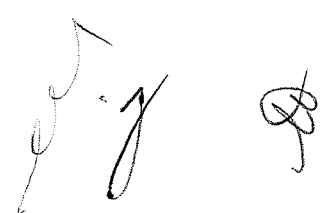
7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

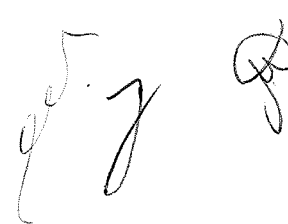
- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- x) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- xi) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima.;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora enviará todos os atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório, bem como as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:



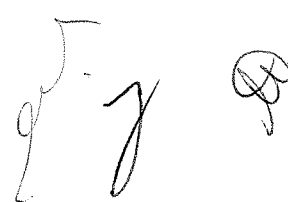
- a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - i) declaração acerca da manutenção da suficiência e exequibilidade da garantia real das Debêntures;
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP;



- d) na CVM; e
- e) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xvi) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
- xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP; e
- xxi) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) requerer a falência da Emissora;

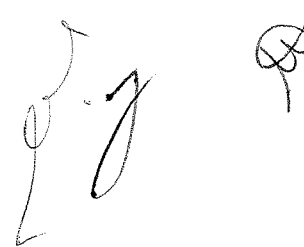


- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, a seguinte remuneração:

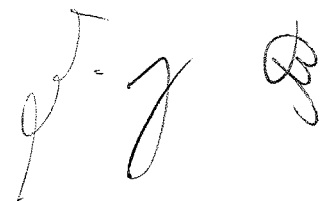
- i) parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da Escritura e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes, e assim, sucessivamente, até a liquidação integral das Debêntures;
 - a) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures requerido pela Emissora, bem como para (1) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e AGD; e (2) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas;
- ii) as parcelas citadas no item (i) supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;



- iii) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- iv) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento; e
- v) As parcelas citadas no item (i) acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, retido pela fonte pagadora, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.6.1 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

- i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- iii) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.



7.6.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

7.6.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no item 7.6.2 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

7.6.4 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.6.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

7.6.6 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente

recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura, a Assembleia Geral de Debenturistas será realizada de forma independente para os Debenturistas da 1ª e da 2ª Série, de modo que, nestes casos, a convocação, a ordem do dia, os quoruns de instalação e de deliberação serão independentes entre si e as deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas de uma Série não aproveitarão à outra, exceto no que diz respeito ao vencimento antecipado das Debêntures ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação da Série em questão; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação da Série em questão e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação integrantes da Série afetada, observadas as hipóteses previstas no Contrato de Garantia.

8.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

8.9 As Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora não votam em Assembléia Geral de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a

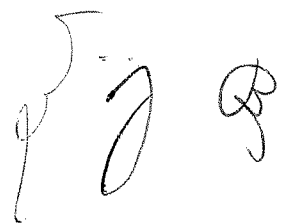
função que lhe é conferida;

- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

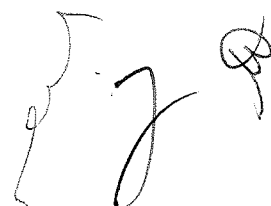
10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados; e
- xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou



parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.

Avenida Santo Amaro, nº 48, 9º andar, Conjuntos 91 e 92, Vila Nova Conceição, CEP 04506-000, Cidade de – São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Nelson da Silva Cardoso de Oliveira e João Perez Neto

Telefone: 11- 2199-3750

Fax: 11- 2199-3733

Correio eletrônico: nelson.oliveira@ecogenbrasil.com.br/ joao.perez@ecogenbrasil.com.br

ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DTVM

Av. das Américas, 4.200, bl. 04, sala 514

Telefone: 21-3385-4565

Fax: 21-3385-4046

Correio eletrônico: marcelo@pentagonotrustee.com.br
c/c: trustee@pentagonotrustee.com.br

iv) Para o Banco Mandatário:

Banco Itaú Unibanco S.A.

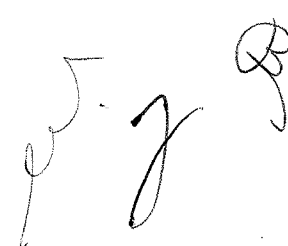
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar – Torre Eudoro Villela
04309-010- São Paulo – SP

At.: Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

Correio eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



v) Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar – Torre Eudoro Villela

04309-010- São Paulo – SP

At.: Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

Correio eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

vi) Para a CETIP:

CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

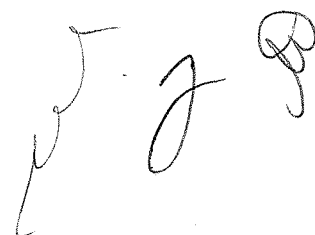
11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura,

Instrumento: ESCRITURA

Autenticação (SIM-II): 068e9e1c-74a7-438a-963c-9bfb8a20c412

IBBA _RendaFixa _Escritura _ECOGEN _ID59041



entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

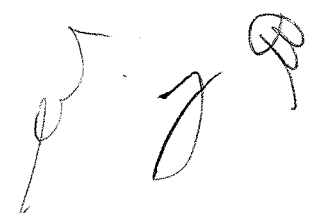
11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir



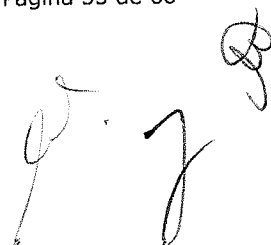
quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de novembro de 2010.

(assinaturas nas páginas seguintes)

(página de assinatura 1/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located at the bottom right of the page.

Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A." celebrada entre Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. e PENTÁGONO S.A. DTVM, em 16 de novembro de 2010)


ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A

Nome: Nelson da Silva Cardoso de Oliveira

Cargo: *diretor presidente*


Nome: João Pérez Neto

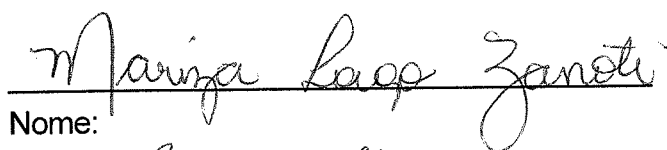
Cargo: *diretor administrativo*

(página de assinatura 2/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não



Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, Adicional para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A." celebrada entre Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. e PENTÁGONO S.A. DTVM, em 16 de novembro de 2010)

PENTÁGONO S.A. DTVM



Nome:

Cargo: PROCURADORA.

(página de assinatura 3/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não

Instrumento: ESCRITURA
Autenticação (SIM-II): 068e9e1c-74a7-438a-963c-9bfb8a20c412
IBBA _RendaFixa _Escritura _ECOGEN _ID59041

Página 57 de 60




Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirógrafária, com Garantia Real, Adicional para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A." celebrada entre Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. e PENTÁGONO S.A. DTVM, em 16 de novembro de 2010)

Testemunhas:

1. 

Nome: THIAGO BUENO PENNA

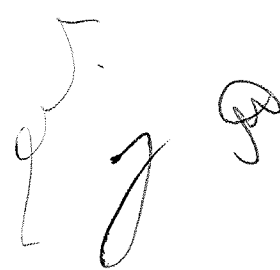
RG.: 261208597

2. 

Nome: HENRIQUE DOUGLAS PEREIRA

RG: 34.789.131-7





(Este anexo é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real, Adicional para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A." celebrada entre Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. e PENTÁGONO S.A. DTVM, em 16 de novembro de 2010)

ANEXO I ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário semestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento das informações exigidas no item 6.1 (i) (a) da Escritura, até a Data de Vencimento de cada Série, sendo que a primeira verificação se dará com base no balanço de dezembro de 2011:

i) Relação Dívida Líquida / EBITDA:

Exercício Social				
2011	2012	2013	2014 em diante	
Dívida Líquida / EBITDA ≤	3,00	2,25	2,00	1,75

ii) Relação EBITDA / Serviço da Dívida ≥ 1,2.

2. Define-se:

Dívida Líquida	É o somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional de curto e longo prazo subtraído das disponibilidades de saldo de caixa, aplicações financeiras, e as respectivas parcelas das dívidas da Emissora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
----------------	--

EBITDA	Calculado observando as disposições do Ofício Circular CVM n.º 01/2006, consistindo, referente aos doze últimos meses findo no período de referência, no lucro operacional da Emissora acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social, receitas e despesas financeiras, receitas e despesas não operacionais, depreciação, amortização e <i>leasing</i> , despesa de atualização de dívidas tributárias e resultado de equivalência patrimonial.
Serviço da Dívida	É o somatório, referente aos doze últimos meses findo no período de referência, dos valores devidos, pagos ou não pagos, a título de amortização de principal e pagamento de remuneração de empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.

